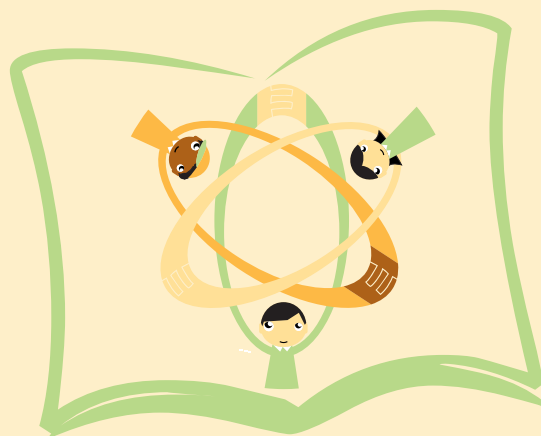




Caderno Pedagógico 2009



Secretaria
da Educação



**Caderno
Pedagógico
2009**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner

Governador do Estado da Bahia

Adeum Sauer

Secretário da Educação

Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete

Ana Maria Silva Teixeira

Superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica - SUDEB

Tércio Rios de Jesus

Assessor de Projetos e Programas Especiais - ASPPES

Maria Alba Guedes Machado Mello

Consultora

Washington Carlos Ferreira Oliveira

Diretor da Educação Básica - DIREB

Maria Auxiliadora de Azevedo Rabelo

Coordenadora do Ensino Fundamental - CEI

Gilson Alves Lima

Coordenador do Ensino Médio - CEM

Arlene Andrade Malta

Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos - CJA

Sumário

- 07 Apresentação
- 08 Percurso Educativo
- 25 Educação Fundamental no Noturno
- 29 Educação de Jovens e Adultos
- 37 Projetos Socioeducativos

Esta primeira edição do **Caderno Pedagógico** foi pensada para apoiar as discussões e o Planejamento Pedagógico de 2009 da Rede Estadual de Educação da Bahia, particularmente no momento da Jornada Pedagógica. Aqui estão incluídas propostas que modificam significativamente a organização do trabalho pedagógico na escola e que é preciso toda a atenção dos nossos educadores e educadoras.

Apresentamos inicialmente a Agenda de Trabalho para o Tratamento do *Percurso Educativo* na Rede Estadual de Educação da Bahia, que contém reflexões e estratégias para a garantia do direito dos educandos a uma permanência na escola com dignidade. A construção dessa Agenda de Trabalho teve com princípio político a valorização e o fortalecimento das iniciativas de educadores e educadoras da nossa Rede Estadual já em curso em algumas escolas.

O segundo texto trata da *Educação Fundamental no Noturno*, ofertada aos adolescentes e jovens entre 15 e 17 anos que, por serem trabalhadores, não têm condições de freqüentar a escola no período diurno. A instrução normativa para a oferta desta modalidade de educação aborda a forma de organização do currículo e enturmação dos educandos.

O terceiro texto é a súmula da proposta pedagógica da *Educação de Jovens e Adultos*: aprendizagem ao longo da vida, que está vigente na Rede estadual já em 2009.

O quarto texto contém as principais questões sobre a ampliação da *Educação Fundamental para nove anos*, obrigatória por Lei Federal, que está sendo implantada na Rede Estadual, a partir deste ano letivo.

Enfim, colocamos à disposição dos nossos educadores e educadoras as Orientações para Elaboração e Apresentação dos *Projetos Socioeducativos* que, neste ano de 2009, assumem outros critérios e sistemática para sua aprovação, validação e autorização.

Ana Teixeira

Superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica

**AGENDA DE TRABALHO PARA O TRATAMENTO
DO PERCURSO EDUCATIVO NA REDE ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DA BAHIA**

SUDEB / GAB / ASSESSORIA

PERCURSO EDUCATIVO COMO DIREITO

Esta Agenda de Trabalho tem a autoria da SEC/SUDEB, juntamente com o coletivo de Coordenadores de Desenvolvimento da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Educação da Bahia e inspira-se nas iniciativas que algumas das nossas escolas já desenvolvem.

Trata de um conjunto de medidas que nossa Rede deve adotar para assegurar, aos nossos educandos e educandas, um itinerário formativo que seja significativo para o seu desenvolvimento humano. Devemos lembrar que a nossa Proposta Pedagógica *Uma Escola de Todos Nós* afirma a educação como um direito articulado aos direitos fundamentais e a escola como um espaço de garantia desse direito. Nesse sentido, a promoção de um percurso educativo com qualidade e sem interrupções é o grande desafio hoje posto aos nossos educadores.

O percurso educativo tem sido tratado com foco no fenômeno da distorção idade-série. Essa abordagem é moldada pela lógica de uma organização curricular enquadrada em determinado tempo, espaço e ordenamento serial. Se pensarmos que o direito à educação não se restringe ao acesso à escola e que implica também a garantia de um itinerário formativo no devido Tempo de Formação dos educandos, o percurso educativo não poderá mais ser tratado dessa forma.

A crença de que a assimilação de conteúdos pelos educandos é uma condição básica para a sua escolaridade revela que o foco da aprendizagem não está no pleno desenvolvimento dos educandos, mas nos conteúdos que devem ser assimilados. Essa perspectiva legitima o currículo que fragmenta o conhecimento em disciplinas, com conteúdos rigidamente estabelecidos e desvinculados do contexto sociocultural, e também os processos avaliativos classificatórios e meritocráticos ainda presentes na cultura escolar.

Contudo, uma nova percepção já vem se delineando na nossa Rede. Os nossos educadores já não se preocupam tanto com o que ensinar e sim com o que fazer com os seus educandos. Perguntam-se: “Por

que os educandos gostam das nossas escolas e não suportam a sala de aula?”. Existe uma tensão entre os anseios dos nossos educadores e o que a escola faz.

Sabemos que, quando o professor reprova, ele está reprovando o que não foi assimilado em termos de conteúdo e não os educandos em si; entretanto, os educandos se sentem reprovados, enquanto indivíduos. Por isso, é comum na fala dos nossos educadores que um dos grandes problemas enfrentados é a questão da auto-estima dos educandos. Na verdade, a reprovação não é um acidente, é inerente à abordagem conteudista.

A reprovação é um dos elementos mais diretamente ligados à quebra do percurso educativo, ocasionando, inclusive, o aumento dos indicadores de distorção idade-série; o abandono e a evasão são também causas diretas. Os educandos abandonam a escola não só por esses elementos internos, próprios da organização escolar (abordagem conteudista, cultura da reprovação), como também pelas questões sociais que colocam em cheque a forma como a escola está organizada. As crianças, adolescentes, jovens e adultos das classes populares não conseguem conciliar seus tempos de sobrevivência com as exigências feitas pelo sistema educacional.

A consciência desse problema está presente entre os nossos educadores e traduz-se em diversos tipos de iniciativas que buscam contornar a situação. Exatamente porque a política de governo da SEC é de reconhecimento e valorização do trabalho realizado pelas escolas e pelos educadores, esta Agenda de Trabalho está construída com base em diversas experiências desenvolvidas na nossa Rede, que devem ser ampliadas para o coletivo das nossas escolas para garantir o percurso educativo como direito.

NOSSOS PRESSUPOSTOS

Educação Integral para um Percurso Educativo Digno

A Proposta Pedagógica *Uma Escola de Todos Nós* concebe educação na perspectiva da plena formação das crianças e adolescentes, jovens e adultos, vendo-os como sujeitos cognitivos, éticos, estéticos, corpóreos, sociais, políticos, culturais, de memória, sentimento, emoção e identidade. Garantir o direito a um percurso educativo digno, nessa perspectiva, pressupõe a construção de novas abordagens e novos olhares sobre o nosso entendimento do que é educação.

Uma educação integral é aquela que contempla a formação e o desenvolvimento humano, como humanização, como processo de apropriação das criações, saberes, conhecimentos, sistemas de símbolos, ciências, artes, memória, identidades, valores e culturas resultantes do desenvolvimento da humanidade, em todos os seus aspectos. É uma forma de organização da própria vida que permite ao indivíduo articular todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, social, profissional e familiar (ARROYO, 2007).

Algumas das nossas escolas têm-se preocupado em valorizar as identidades dos sujeitos, a sua história, a sua cultura, bem como os problemas sociais que ameaçam nossa juventude como: exploração sexual infanto-juvenil, drogas, violência e, por outro lado, a importância do protagonismo juvenil na nossa sociedade. Essa é uma forma de superar a perspectiva cognitivista da formação dos nossos educandos, proporcionando-lhes um desenvolvimento humano pleno. Já demonstra uma redefinição do currículo com uma mudança que vai no sentido de focar mais claramente a leitura das trajetórias dos nossos sujeitos. Portanto, a educação integral não é apenas um ideal a ser atingido pela nossa Rede: já se constitui um elemento da organização do trabalho pedagógico de escolas e de educadores, porém de forma pontual, isolada, sem a evidência necessária à sua disseminação.

Um Percurso Educativo Socialmente Referenciado

A questão central que se apresenta para a garantia de um percurso educativo digno é a devida articulação entre a atividade intelectual e a atividade criadora, entre a experiência e o pensamento, entre os conteúdos curriculares e a vida dos educandos. A Proposta Pedagógica *Uma Escola de Todos Nós* entende que “Para fortalecer os vínculos dos educandos e promover sua permanência com dignidade nos seus itinerários formativos é imprescindível pensar uma nova orientação dos tempos de aprendizagem, uma ressignificação dos espaços escolares e uma integração dos processos pedagógicos às especificidades culturais do contexto social e histórico em que a escola está inserida [...] É necessário considerar também a importância da pesquisa na prática pedagógica, como mecanismo de construção criativa do conhecimento, intensificar o uso das tecnologias da informação, da comunicação e integrar a arte, a cultura corporal, o lúdico e o respeito à valorização da vida no percurso educativo” (BAHIA, 2007).

O currículo é a síntese dos conhecimentos socialmente produzidos e dos saberes escolares oriundos de diversos âmbitos de referência: instituições produtoras do conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); mundo do trabalho; desenvolvimento tecnológico; atividades desportivas e corporais; produção artística; campo da saúde; formas diversas de exercício da cidadania; movimentos sociais (TERIGI *apud* CANDAU e MOREIRA, 2007). Também fazem parte do currículo os rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e tempo na escola, e organização dos educandos em turmas (CANDAU e MOREIRA, 2007).

Muitos dos nossos educadores têm desenvolvido práticas que ressignificam os conteúdos curriculares vinculando-os ao cotidiano do trabalho, da vida familiar e das problemáticas sociais vividas pelos educandos. A diversidade das práticas converge para um desenho metodológico pautado na Pedagogia de Projetos e adota como eixos temáticos a arte, a cultura, o meio ambiente, a história, incorporando diferentes conteúdos curriculares. Algumas dessas iniciativas extrapolam a escola, incluindo a comunidade no desenvolvimento das atividades, tornando assim o percurso educativo socialmente referenciado. Entretanto, tais iniciativas ainda estão restritas a pequenos coletivos de educadores, acontecem de forma

isolada dentro da escola e não foram ainda incorporadas ao projeto Político-Pedagógico.

Como podemos perceber, a educação integral e um percurso socialmente referenciado dependem, principalmente, do compromisso que educadores e educadoras têm com o desenvolvimento pleno dos seus educandos. Quando assumimos esses dois pressupostos para esta Agenda de Trabalho estamos, em última instância, seguindo as trilhas existentes na nossa Rede de Educação. Isso significa afirmar os nossos educadores e educandos como agentes políticos das diretrizes pedagógicas estabelecidas para a Rede e a escola como espaço de legitimação e consolidação dessas políticas.

CONHECENDO MAIS SOBRE A DEFASAGEM IDADE-SÉRIE NO ESTADO DA BAHIA¹

1. As Conquistas e Avanços nas Décadas de 1980 e 1990

No ano de 1975, a taxa de escolarização da população que, obrigatoriamente, deveria estar matriculada nas escolas do antigo ensino de 1º grau, atual Educação Fundamental, era apenas de 66,06% no município de Salvador e de 54,95 no Estado da Bahia.

Dados relativos ao período de 1999-2005 demonstram que mais de 90% da população de 7 a 14 anos está escolarizada na Educação Fundamental e que cresceu a taxa de escolarização da população de 15-18 anos na educação média. (Quadro 1 e Gráfico I).

Quadro 1
Taxas de Escolarização, Bahia - 1999-2006

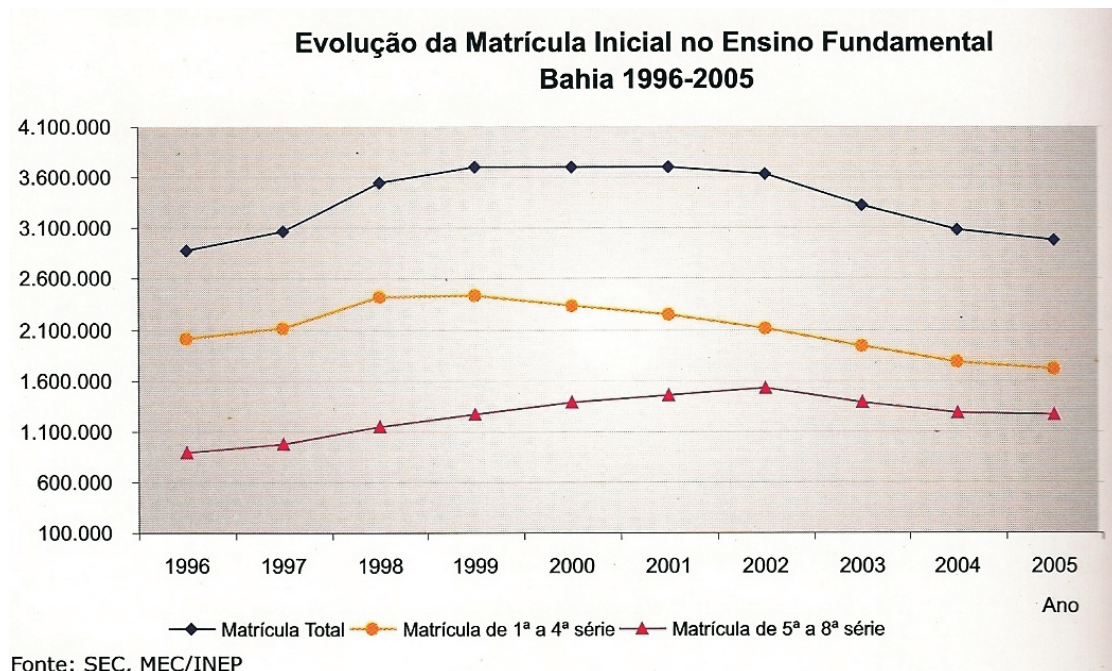
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO														
FUNDAMENTAL							MÉDIO							
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
93,3	96,2	96,0	96,6	94,0	94,7	94,7	14,2	15,3	15,9	20,7	24,3	26,8	27,1	29,1

Fonte: SEC, MEC/INEP, PNAD e Censo Demográfico/IBGE. Elaboração: SEC-SUPAV/CAI.

(2) **Taxa de Escolarização Líquida:** corresponde à relação entre as matrículas de educandos na faixa etária adequada ao nível de ensino e o total da população na faixa etária correspondente àquele nível.

¹Este texto é o resumo das pesquisas realizadas pelas consultoras Elisabete Santana (estudos estatísticos) e Luiza Ramos (pesquisa de opinião)

Gráfico 1



Fonte: Bahia. Secretaria da Educação. Educação em Números. Salvador: SEC, 2005.p.18

2. A Defasagem Idade e Série no Sistema Educacional do Estado da Bahia

Apesar das conquistas, a “desorganização da matrícula” quanto à relação idade/série apresenta-se na atualidade como um desafio que exige uma ação vigorosa.

Em 2007, considerando todas as redes de educação, 109.291 dos educandos dos anos iniciais da Educação Fundamental estavam com mais de 14 anos; 475.114 dos que estavam matriculados nos anos finais tinham mais de 14 anos e 396.089 dos matriculados no nível médio tinham 18 anos e mais. Estavam, portanto, fora da faixa etária considerada adequada a cada um dos níveis ou fases da escolarização básica,

respectivamente, 7,48% dos 1.459.633 educandos de 1ª à 4ª séries, 42% dos 1.129.166 dos educandos de 5ª a 8ª séries e 61,37% dos 645.400 do nível médio.

Tomando como indicador o percentual da população escolar fora da faixa etária considerada adequada para o atendimento, observa-se que o problema da defasagem se apresenta maior na matrícula da 5ª à 8ª, série e no nível médio.

Quadro 2
Bahia. Matrícula total e matrícula fora da faixa etária na Educação Fundamental e Média, 2007

Níveis e fases de educação	Matrícula em todas as redes de educação		
	Matrícula total	Matrícula fora da faixa etária correspondente	
		Absolutos	%
Anos iniciais da Educação Fundamental	1.459.633	109.291	7,48
Anos finais da Educação Fundamental	1.129.166	475.114	42,07
Educação do nível Médio	645.400	396.089	61,37
Total	2.588.799	980.494	37,87

Fonte INEP. Censo da Educação Básica. 2007

3. A Defasagem Idade-Série na Rede Estadual

Em 2006 o Estado era responsável pelo atendimento de 444.117 educandos de 5ª a 8ª séries, por 632.005 educandos da Educação Média e tinha uma participação residual na oferta de educação da 1ª à 4ª séries correspondentes a 129.229 educandos. Era responsável, portanto, pelo atendimento de um total de 1.205.351 educandos da Educação Fundamental e Média.

Entretanto, não basta conhecer os indicadores que evidenciam, em termos gerais, a existência do problema. É importante introduzir um nível maior de desagregação dos dados de modo a tornar possível responder a questões relacionadas com o **como e onde** intervir.

A análise dos dados da matrícula por idade e série evidencia que na rede estadual a defasagem está presente em todas as séries da Educação Fundamental e do nível médio. (Quadro 2,3 e 4)

Quadro 3

Bahia. Matrícula inicial na Educação Fundamental na rede estadual por idade e série, 2006 (%)

Série	Idade											Total
	Menos de 7 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 a 19 anos	Mais de 19 anos	
1ª	12,16	31,38	26,99	13,22	6,48	3,36	1,95	1,34	0,79	0,97	1,35	100,00
2ª	0,37	5,01	24,22	25,82	17,49	10,61	6,68	4,15	2,50	2,39	0,77	100,00
3ª		0,42	5,83	23,73	24,31	16,33	11,29	7,20	5,09	4,78	1,02	100,00
4ª			0,42	5,50	23,83	24,56	17,05	11,23	7,24	9,13	1,04	100,00
5ª				0,20	3,92	18,19	21,20	16,79	13,24	23,02	3,43	100,00
6ª					0,31	4,33	20,71	23,05	17,06	30,18	4,34	100,00
7ª						0,37	3,97	18,03	21,02	49,71	6,91	100,00
8ª							0,35	3,89	18,85	67,09	9,81	100,00

Fonte: SEC. **Indicadores:** Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/indicadores.htm>

Quadro 4

Bahia. Matrícula inicial na Educação Fundamental na rede estadual por idade e série, 2006 (%)

Série	Menos de 15 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	Mais de 19 anos	Total
1ª	2,40	11,83	16,41	15,80	12,13	8,74	32,69	100,00
2ª	0,20	1,78	10,62	17,60	16,45	12,72	40,63	100,00
3ª		0,16	1,60	11,14	17,84	16,90	52,37	100,00
4ª		0,02	0,29	2,10	11,79	18,46	67,35	100,00

Fonte: SEC. **Indicadores:** Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/indicadores.htm>

- Educandos em idade adequada
- Aluno com um ano de defasagem idade-série
- Educandos com dois anos e mais de defasagem idade-série

4. Da Necessidade de um Olhar para o Interior da Escola para Encontrar Soluções

Os dados levantados na Escola Divino Mestre, em Salvador, evidenciam que o ponto de partida para o estudo da defasagem é a escola. Cerca de 61,37% dos educandos das seis turmas de 5ª série em funcionamento na unidade escolar tinham mais de 11 anos ou seja, um e mais anos de defasagem idade-série em dezembro de 2008.(Quadro 5).

As respostas dos educandos (Quadro 6) sugerem que é investigando as escolas que será possível encontrar estratégias para superação do problema.

Quadro 5
Distribuição dos alunos entrevistados escola Divino Mestre por idade e turma, 2008

SÉRIE	TURMAS						TOTAL
	5ª A	5ª B	5ª C	5ª D	5ª E	5ª F	
10	3			1	2		6
11	24	29		2	11	1	67
12	1	2	26		16	1	46
13	5	2	4	9	3	8	31
14		1	2	4	1	12	20
15			1	8		3	12
16	1			1		3	5
17				1		1	2
18	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	34	34	33	26	33	29	189

Fonte: Lista dos educandos da 5ª série da Escola Divino Mestre. Consulta em dezembro de 2008.

■ ALUNOS EM DEFASAGEM IDADE SÉRIE

Quadro 6

Respostas dos educandos da Escola Divino Mestre à questão: Caso já tenha sido reprovado em alguma das séries que você cursou, diga os motivos

Respostas	Freqüência	Percentual
Dificuldades da família	5	9,43
Necessidade de faltar por causa do trabalho	4	7,55
Muitas faltas por não gostar de freqüentar a escola	7	13,21
Dificuldade de aprender o que os educadores ensinavam	11	20,75
A família não estimulava para o estudo	1	1,89
Não recebia ajuda em casa para estudar e aprender o que não entendia	1	1,89
Sem resposta	24	45,28
Total	53	100,00

Fonte: Questionário aplicado aos educandos da 5ª série da Escola Divino Mestre. Em dezembro de 2008

5. Quantificando o Desafio

Quadro 7

Bahia. Defasagem idade-série na Educação Fundamental na rede estadual, 2006

Série	Em idade antecipada	Em idade adequada	um ano de defasagem	dois anos de defasagem	Três e mais anos de defasagem	Matrícula total
Fundamental						
1ª	3296	8506	7315	3584	4402	27103
2ª	1426	6421	6845	4636	7182	26510
3ª	2287	8678	8888	5971	10739	36563
4ª	2309	9305	9592	6660	11187	39053
5ª	5966	26320	30688	24303	57445	144722
6ª	4928	21985	24468	18111	36647	106139
7ª	4689	19495	22728	53758	7477	108147
8ª	3614	16040	(1)	(1)	65455	85109
TOTAL	28515	116750	110524	174125	143432	573346
Médio						
1ª	6148	30237	41943	40391	136934	255.653
2ª	3873	20806	34496	32240	104553	195968
3ª	2958	18763	30054	28471	88234	168480
4ª	286	1403	2198		8017	11904
Total	13265	712.09	108.691	101.102	337.738	632.005

Fonte: SEC. **Indicadores:** Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/indicadores.htm>

Em resumo, na rede estadual estão com um e mais anos de defasagem escolar

Níveis de Escolarização	Quantidade de educandos
Anos iniciais da Educação Fundamental	87.001
Anos finais da Educação Fundamental	341.080
Educação Média	547.531
TOTAL	975.612

6. Percepção dos Educadores da Rede Estadual da Bahia acerca da Defasagem Idade/Série em Escolas da Rede Pública

A Pesquisa de Opinião buscou conhecer, analisar e identificar o que pensam os nossos educadores sobre o fenômeno e que estratégias têm sido criadas para a superação do fenômeno.

O fenômeno da defasagem idade/série foi considerado pelos educadores como um fenômeno educacional e também uma problemática social relacionada com a dificuldade do “estudar”. Os educadores pensam que este fenômeno envolve não só a sociedade, mas especialmente as políticas públicas e suas metas. A maioria (89%) dos sujeitos pesquisados afirma que suas escolas apresentam tal fenômeno; 80% destes mesmos sujeitos afirmaram que a defasagem está concentrada em educandos na faixa etária de 11 a 18 anos.

No aspecto sócio-político e econômico, foram identificados dois fatores de maior incidência que causam a defasagem idade/série: a maior incidência das respostas foi com relação ao desemprego das famílias, a falta de segurança no bairro que estuda e a ausência da família na vida escolar dos discentes, o que dá ênfase e destaque ao contexto e à influência dos fatores que constituem a sociedade contemporânea. No aspecto pedagógico, predominaram opiniões que apontam a falta de material didático adequado a educandos com defasagem e que questionam a prática da aprovação gratuita como elementos causadores da defasagem. Para os sujeitos pesquisados, dos fatores que agravam/ampliam a defasagem idade/série destacam-se: a falta de incentivo aos estudos por parte dos pais, o distanciamento entre gestor, educador e educando e também trabalhos isolados do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.

Da parte dos educadores, foi identificada uma persistente dificuldade para lidar com a defasagem idade/série, particularmente em adequar os conteúdos ao nível de aprendizagem de cada educando e elaborar um planejamento de aula diferenciado.

Os educadores entrevistados afirmam que o maior prejuízo para a formação dos educandos está no aumento da repetência e conseqüente exclusão dos adolescentes e jovens que freqüentam nossas escolas.

A pesquisa de opinião solicitou aos educadores a indicação de ações realizadas pelas escolas, ou mesmo no âmbito da sala de aula, que buscaram superar a situação de educandos em defasagem idade/série.

Como primeira categoria indicada na pesquisa, no âmbito administrativo, o maior número de repostas versou sobre a necessidade de elaboração de instrumentos que avaliem o desempenho dos educandos semestralmente e destinação de recursos financeiros às necessidades pedagógicas, escutando as reais necessidades da comunidade escolar e um curso de aperfeiçoamento para os educadores. As outras opções (Abertura dos portões à comunidade; Discutir os problemas com as famílias dos educandos e com os educadores; Implantação de projetos de inclusão social; Acompanhamento no uso dos recursos didáticos adquiridos para a Unidade Escolar e outra (Uso de recursos tecnológicos) tiveram uma menor incidência nas repostas.

Outro elemento destacado com relação à intervenção e estratégias referiu-se ao âmbito didático-pedagógico. As opções mais destacadas pelas opiniões foram: a importância de realizar periodicamente formação continuada em serviço aos educadores e, em segundo lugar, o desenvolvimento de trabalhos sintonizados com o Projeto Pedagógico da escola; e trabalhar com estratégias diferenciadas em sala de aula. As outras opções (Promover situações para o maior envolvimento da família na escola; Adaptar o currículo à realidade do educando com defasagem; Realizar oficinas na escola em diversas áreas no contra turno para os educandos; Realizar curso de formação para os educadores sobre: dislexia, hiperatividade e afins e outra (Diminuir a jornada de trabalho do educador). A terceira opção destacada como de maior incidência foi a necessidade de criar programas para motivação docente.

PROPOSIÇÕES

As proposições para o tratamento do percurso educativo na Rede Estadual, aqui colocadas, têm em vista assegurar a todos os educandos um itinerário formativo que respeite os tempos humanos; tanto daqueles que estão em situação de distorção idade-série, como para evitar que se chegue a essa situação. As estratégias norteiam-se pelas seguintes orientações:

- **Diversificação dos tempos e espaços de aprendizagem.** Diversificar os tempos e espaços de aprendizagem significa compreender que cada indivíduo, enquanto sujeito protagonista do seu conhecimento, tem tempo, ritmo e estilo próprios para desenvolver-se; além disso, deve ser considerado que o conhecimento produzido pode e deve expressar-se em diferentes linguagens. Por isso é necessário que gestores e educadores organizem pedagogicamente a escola de modo a oferecer condições que respeitem os percursos diferenciados e permitam uma atenção mais qualificada aos educandos.

- **Criação de espaços coletivos para o trabalho pedagógico nas escolas.** O trabalho coletivo, que envolve tanto educadores como educandos, tem sido um elemento-chave para superar a fragmentação do conhecimento em disciplinas e a lógica excludente do currículo compartimentado e hierarquizado que compromete o percurso educativo. Na nossa rede, os espaços de trabalho coletivo têm sido construídos a partir das práticas de AC, da implantação de projetos pedagógicos e outras formas de trabalho interdisciplinar.

- **Construção de uma cultura de avaliação da aprendizagem tendo como referente ético-político o direito.** A prática da avaliação deve estar relacionada com o entendimento de que os educandos aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores. A garantia do direito a um percurso digno implica uma avaliação que auxilie educadores e educandos a compreenderem de forma mais humana seus processos de ensinar e aprender.

ESTRATÉGIAS

As estratégias abaixo devem ser adotadas de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e as condições de trabalho da escola. Podem ser tomadas no seu conjunto ou individualmente.

I – Programa de Ressignificação do Sistema de Dependência com outros tempos e espaços de aprendizagem.

O Sistema de Dependência é uma estratégia pedagógica que possibilita aos educandos uma continuidade ao seu percurso educativo sem retenções. Entretanto, vem sendo praticado na Rede de uma forma que

pouco contribui para a superação das dificuldades que os educandos apresentam no seu itinerário formativo. Freqüentar a série anterior para cursar uma ou mais disciplinas nas quais não foi aprovado, com as mesmas metodologias curriculares, repetição de conteúdos e práticas avaliativas levam muito mais ao desestímulo que ao avanço nos estudos. Além disso, nem sempre os nossos educandos dispõem de dois períodos para freqüentar a escola.

MEDIDAS:

- 1 Construção de currículo por área do conhecimento;
- 2 Criação de turmas de dependência por nível de ensino e tempos humanos;
- 3 Definição de procedimentos didático-pedagógicos com alternância entre oficinas quinzenais e estudos orientados;
- 4 Adoção de práticas avaliativas que contemplem não só a dimensão cognitiva dos sujeitos, mas também as culturais, sociais e afetivas, inovando procedimentos e instrumentos de avaliação;
- 5 Organização pedagógica da escola com um coordenador do Programa em tempo integral e quatro educadores com disponibilidade de 12 horas, um para cada área do conhecimento.

Este Programa deve ser ampliado para os educandos em situação de distorção idade/série que, mediante avaliação, podem ser reclassificados; nesse caso, a avaliação será construída coletivamente pela escola, com orientação pedagógica da SUDEB/GAB e CODEB. Também será um espaço para aqueles educandos que, em cada unidade didática, apresentem lacunas nos seus estudos.

Para os educadores envolvidos neste Programa, a SUDEB/GAB desenvolverá uma formação em serviço e fará o acompanhamento nos Encontros Pedagógicos.

II – Programa de Integração dos educandos de acordo com seus tempos humanos.

A organização pedagógica em tempos humanos (infância, adolescência, juventude e vida adulta) traduz o respeito ao processo formativo e, ao mesmo tempo, permite um trabalho educativo focado em questões específicas de cada etapa do desenvolvimento humano. Essa é uma forma de organização pedagógica que desloca o foco dos conteúdos para os sujeitos, suas trajetórias e suas vivências no mundo do trabalho, na

cultura e na sociedade. A integração dos educandos deve considerar não só a escolaridade atingida mas, sobretudo, os saberes e as aprendizagens construídas nas suas trajetórias de vida.

MEDIDAS:

- 1 Incorporação da Pedagogia de Projetos ao desenvolvimento do currículo;
- 2 Adoção de práticas avaliativas que contemplem não só a dimensão cognitiva dos sujeitos, mas também as culturais, sociais e afetivas, inovando procedimentos e instrumentos de avaliação;
- 3 Aplicação de avaliação diagnóstica para os educandos em situação de distorção idade-série, tendo em vista sua reclassificação;
- 4 Integração dos educandos em turmas equivalentes ao seu tempo humano (infância, adolescência, juventude e vida adulta), em pequeno número (4 ou 5) por turma;
- 5 Participação dos educandos em outros projetos pedagógicos para apoio ao seu desenvolvimento.

Essa estratégia implica o comprometimento coletivo de educadores e educandos na atenção especial para que todos possam acompanhar o ritmo geral da turma. O coletivo de educadores responsáveis pelo Programa de Ressignificação do Sistema de Dependência fará o acompanhamento pedagógico dos educandos integrados com o apoio da SUDEB/GAB e CODEB.

III – Educação Fundamental no Noturno

Os adolescentes das classes populares, na sua maioria, são obrigados a trabalhar para garantir a sobrevivência das suas famílias. Essa realidade os coloca ante o dilema: optar por sobreviver ou optar por estudar. Essa condição do adolescente trabalhador questiona a forma de organização do tempo escolar e exige do sistema educacional uma flexibilização para que seja garantido seu direito à educação. A oferta da Educação Fundamental no Noturno com um currículo adequado às formas de vida desse adolescente é uma estratégia que garante o direito à educação, possibilita a freqüência à escola e respeita seu tempo de formação. Considera que as suas aprendizagens não escolares são significativas e que autorizam compatibilizar sua escolaridade ao seu nível de desenvolvimento humano e em um tempo diferenciado do sistema seriado.

MEDIDAS:

- 1 Construção de um currículo integrado, considerando as vivências do mundo do trabalho como

- elemento educativo;
- 2 Enturmação dos educandos por tempo humano, com base na avaliação diagnóstica;
- 3 Definição de procedimentos didático-pedagógicos com alternância entre momentos presenciais e estudos orientados;
- 4 Criação de um coletivo de educadores específico para essa proposta.

Essa estratégia pressupõe uma organização pedagógica da escola em paralelo ao sistema seriado; está voltada para sujeitos de 15 a 17 anos que, por motivo de exigência das suas condições de sobrevivência, estejam impedidos de realizar seus estudos no turno diurno. Os educadores que atuarão na Educação Fundamental no Noturno poderão organizar sua carga horária de forma a desenvolver também projetos sócioeducativos na escola. O coletivo de educadores terá formação em serviço e acompanhamento pela SUDEB/DIREDE e CODEB.

Temos, assim, uma Agenda de Trabalho Pedagógico que amplia e consolida as iniciativas desenvolvidas em nossa Rede de Educação que apontam os caminhos de transformação da escola pública em um espaço de garantia de direitos onde educandos e educadores encontrem possibilidades concretas para o seu desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. In. BEAUCHAMP, Jeanete; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do; PAGEL, Sandra Denise. (orgs.). Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BAHIA. Secretaria da Educação. Princípios e Eixos da Educação na Bahia: Proposta Pedagógica uma escola de Todos Nós. Bahia. Secretaria da Educação. 2007.

CANAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, conhecimento e cultura. In. BEAUCHAMP, Jeanete; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do; PAGEL, Sandra Denise. (orgs.). Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA A ENTURMAÇÃO NA
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NO TURNO NOTURNO**

SUDEB / DIREC / CEI

A **Educação Fundamental** na Rede Estadual de Educação, **ofertada no turno noturno, está destinada a adolescentes de 15 a 17 anos** que, por motivo de exigência das suas condições de sobrevivência, estejam impedidos de realizar seus estudos no turno diurno.

Tendo em vista as especificidades do Tempo Humano da Adolescência, a Educação Fundamental do turno noturno será organizada em dois **Ciclos de Estudos e Aprendizagem**, com duração total de quatro anos, ao final dos quais o educando terá completado a Educação Fundamental. O primeiro Ciclo tem como objetivo o processo de formação educativa correspondente às séries iniciais da Educação Fundamental (1ª à 4ª série); o segundo Ciclo cumpre as finalidades educativas das séries finais da Educação Fundamental (5ª à 8ª série).

O currículo dos Ciclos de Estudos e Aprendizagem da Educação Fundamental do Noturno tem como eixo educativo as questões relativas ao Tempo Humano da Adolescência, que devem ser tratadas em uma perspectiva formativa, que possibilite aos adolescentes refletirem sobre si e sobre seu tempo humano no mundo em que vivem. O currículo está organizado pedagogicamente por área de conhecimento, socialmente referenciado e como base metodológica **adotando a pedagogia de projetos**.

As turmas dos Ciclos de Estudos e Aprendizagem da Educação Fundamental do Noturno serão constituídas com **25 educandos no 1º Ciclo e 35 no 2º Ciclo**. Ingressarão no Primeiro Ciclo os adolescentes entre 15 a 17 anos alfabetizados e que não completaram as séries iniciais da Educação Fundamental ou que freqüentaram (em algum momento da sua vida escolar) a EJA-I. Ingressarão no 2º Ciclo os adolescentes entre 15 e 17 anos que cumpriram integralmente as séries iniciais da Educação Fundamental ou que foram avaliados e reclassificados; os adolescentes que concluíram a EJA-I ou o 1º Ciclo de Estudo e Aprendizagem da Educação Fundamental do Noturno; e os que cursaram parcialmente as séries finais da Educação Fundamental.

A passagem dos educandos do 1º para o 2ª Ciclo será realizada mediante os critérios de avaliação diagnóstica dos estudos e aprendizagem, na faixa etária preferencial de 16 e 17 anos. Não há obrigatoriedade do cumprimento dos dois anos de freqüência em cada Ciclo, adotando-se a Reclassificação

do educando a qualquer momento do seu percurso, conforme autoriza o **Art. 24º da LDB**.

Os educadores para atuarem nestes Ciclos deverão ser designados entre os que atuam na própria escola, sendo escolhidos entre aqueles que tenham experiência com o tempo humano da adolescência, com educação do noturno e com as metodologias específicas requeridas para esta nova estruturação da educação fundamental no noturno, ou seja, organização por áreas do conhecimento e por campos temáticos, de acordo com a sugestão do modelo curricular em anexo, distribuído em quatro áreas de conhecimento, quais sejam: **Linguagens** - que inclui Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, *Matemática*, *Estudos da Natureza e Estudos da Sociedade*. Os conteúdos de Arte e Cultura Corporal deverão ser trabalhados de forma transversal por todas as áreas de conhecimento.

Os educadores da área *Linguagens*, do Ciclo II, devem ser, prioritariamente, aqueles que têm formação em Letras com Habilitação em Inglês ou Espanhol. A estrutura dos Ciclos de estudos e aprendizagem da Educação Fundamental do Noturno é anual e será trabalhada com enfoque transdisciplinar integrando todos os componentes curriculares.

A carga horária destinada às áreas de Linguagem e Estudos da Sociedade deverá ser de 6 horas semanais cada uma e das áreas de Matemática e Estudos da Natureza deverá ser 4 horas semanais cada uma. A hora aula deverá ter a duração de 40 minutos e o horário deverá ser organizado preferencialmente em aulas geminadas, com um intervalo de 15 minutos entre os dois tempos das quatro aulas diárias. Os horários das aulas devem iniciar às 19 horas com término às 22 horas.

Para o *Ciclo I* será designado um professor por cada turma de **25 educandos** na faixa etária de 15 a 17 anos que se encontram em níveis aproximados de escolaridade, conforme indicado no modelo curricular em anexo (**1ª e 2ª séries grupo 1; ou 3ª e 4ª séries grupo 2**). Em casos específicos em que a unidade escolar não disponha de espaço físico ou não haja demanda suficiente para distribuir os educandos em duas turmas, conforme a organização acima citada, estes serão enturmados em uma única sala, com dois professores para cada 25 educandos das series iniciais da Educação Fundamental de (**1ª a 4ª grupo I e grupo II**) de acordo com o modelo curricular em anexo, usando preferencialmente, de forma mais diversificada, a metodologia

da pedagogia de projetos. Para o Ciclo II serão designados 4 educadores, um por área de conhecimento, dentre os quais deve ser escolhido um articulador do Ciclo, com disponibilidade de 04 horas semanais, para coordenar as atividades e promover a articulação com os coletivos da escola.

Operacionalização da matrícula

A matrícula será realizada de acordo com a Portaria nº 13574/08, republicada no D.O de 10 e 11 de janeiro de 2009, conforme artigo 11, § 1º, no Ciclo I ou no Ciclo II da Educação Fundamental do Noturno, considerando os estudos já realizados pelo educando, validados através do histórico escolar.

Caberá a cada Unidade Escolar organizar, posteriormente, a enturmação dos educandos por grupo, de acordo com o modelo curricular em anexo. No ato da matrícula, o educando deverá ser informado de que será incluído no grupo 1, 2, 3 ou 4, de acordo com os estudos validados através do histórico escolar.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
aprendizagem ao longo da vida

SUDEB / DIRET / CJA

Apresentação

O Projeto **Educação de Jovens e Adultos: aprendizagem ao longo da vida** é resultado de um trabalho participativo e comporta as orientações para a reestruturação da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Educação.

O material aqui apresentado é fruto da escuta dos principais sujeitos da EJA: educandos, educadores, gestores e coordenadores pedagógicos das DIREC, bem como representantes dos diversos segmentos que dão forma ao Fórum Estadual de EJA, ou seja, Universidades (UNEB e UFBA), MOVA, SESI, CEAP, SEC/BA, SMEC/SSA e Fóruns Regionais. No percurso da escuta, buscamos construir/partilhar espaços dialógicos por meio de reuniões, seminários, fóruns, encontros, como também realizamos a coleta de dados através de questionários respondidos pelos educandos de diferentes escolas e cursos de EJA, da capital e interior do Estado.

Com essa metodologia, buscamos viabilizar a participação de todos os segmentos envolvidos no processo de Educação de Pessoas Jovens e Adultas, de modo que a proposta expressasse as reais demandas e expectativas dos coletivos populares, principais destinatários desta modalidade de educação.

Concluídas as etapas preliminares, a proposta foi redigida em seu texto definitivo e, após a aprovação do Secretário de Educação, passou a compor este documento, tornando-se o **Projeto de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia**.

Garantia do Direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica

A proposta pedagógica da EJA está pautada pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na especificidade dos tempos humanos. A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Consequentemente se orienta pelos ideários da Educação Popular: formação social, política e profissional. Para Paulo Freire o conceito de

Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

Para a garantia do Direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica o currículo deverá ser pautado numa pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propício à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexiva e autônoma.

Nesse sentido, os compromissos do Estado visam assumir um novo fazer coletivo, o qual se instituirá a partir do diálogo com os próprios jovens e adultos e com os educadores e educadoras da EJA. Afinal, quem são os seus sujeitos? A que e a quem a EJA se destina? Que significado esta modalidade assume em uma sociedade que se pretende globalizada e pós-moderna? E ainda, quais as verdadeiras possibilidades educacionais que são oferecidas aos educandos jovens e adultos na sociedade da informação?

São Sujeitos de Direitos da EJA

Jovens, Adultos e Idosos; homens e mulheres que lutam pela sobrevivência nas cidades ou nos campos. Em sua maior parte os sujeitos da EJA são negros e, em especial, mulheres negras. São moradores/moradoras de localidades populares; operários e operárias assalariados(as) da Construção Civil, Condomínios, Empresas de Transporte e de Segurança. Também são trabalhadores e trabalhadoras de atividades informais vinculadas ao Comércio e ao Setor Doméstico.

Faz parte da vivência concreta deste coletivo o exercício do papel de mães, pais, avós, líderes ou membros de associações de bairro, de classe etc. São sujeitos que se educam nas mais diferentes formas de trabalho, de organização social (família, igreja, comunidade, associações, sindicatos etc.) e ainda no espaço e tempo da escolarização dos seus filhos e netos. Colocam-se, portanto, na Educação de Jovens e Adultos como sujeitos de direitos à formação e ao desenvolvimento humano pleno.

São diversos e vivem na diversidade produzindo cultura e conhecimento.

No cenário educacional configuram-se enquanto aqueles que não tiveram passagens anteriores pela escola ou ainda àqueles que não conseguiram acompanhar e/ou concluir a Educação Fundamental, evadindo da escola pela necessidade do trabalho ou por histórias margeadas pela exclusão por raça/etnia, gênero, questões geracionais, de opressão etc.

O Prof. Miguel Arroyo, nos alerta:

Os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que, gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos. Histórias que são coletivas. As mesmas vivenciadas por seus pais e avós; por sua raça, gênero, etnia e classe social.

Atualmente, é pacífico afirmar que, do público que efetivamente frequenta os programas e cursos da EJA, é cada vez mais reduzido o número de sujeitos que não tiveram passagens anteriores pela escola e o crescimento da demanda indica, em número cada vez mais crescente, a presença de adolescentes e jovens recém-saídos da Educação Fundamental, onde tiveram passagens acidentadas.

A primeira condição para a garantia do direito à Educação Básica (às crianças, adolescentes, jovens e adultos) é conhecer quem são os verdadeiros sujeitos de cada modalidade educacional; saber sobre os tempos de vida e sobre as estruturas cognitivas que possibilitam o acesso ao conhecimento em cada um desses tempos. Na EJA faz-se imprescindível o reconhecimento dos saberes e fazeres que são construídos no tempo da juventude e da adultez, as experiências e vivências de trabalho e ainda de sobrevivência desses sujeitos nas cidades e nos campos.

É o acesso ao conhecimento, à riqueza cultural, à diversidade de linguagem, à consciência corporal e às múltiplas possibilidades e complexidades do mundo do trabalho que devemos assegurar na prática pedagógica específica da EJA.

Abrangência da Educação de Jovens e Adultos

O Estado da Bahia, compreendendo a EJA enquanto modalidade apropriada ao **jovem e adulto trabalhador**, indica que atenda a jovens (a partir dos 18 anos), adultos e idosos.

Os adolescentes (15 a 18 anos incompletos) deverão ter garantido o direito ao processo de formação em programas e projetos específicos à Educação Fundamental, e próprios à atualização do percurso escolar. Inspirados nos princípios da EJA, compreendemos que esta não se configura enquanto espaço de formação adequado às especificidades do tempo humano da adolescência. A prática nos tem mostrado que alunos adolescentes (14 a 17 anos) na EJA têm trazido grandes prejuízos à prática dos educadores que se sentem perdidos frente às expectativas, saberes e ritmos tão variados – o que decorre da falta de metodologia e material didático adequado e, conseqüentemente, compromete-se a aprendizagem dos educandos, os quais atribuem valências diferentes à escola e ao processo de formação.

Perfil do Educador de EJA

Os coletivos de educadores(as) da EJA serão formados a partir de uma seleção interna. Para tanto, estes devem optar por participar do coletivo e assumir algumas construções necessárias ao fazer na EJA. Em princípio, podemos anunciar um conjunto de características que são necessárias à construção do perfil do educador de EJA, quais sejam:

- Ter formação acadêmica ou em serviço com os tempos da juventude e vida adulta;
- Conhecer a comunidade em que atua e sua formação: como vivem e trabalham os jovens e adultos;
- Participar, conhecer, entender os Movimentos que se organizam em prol de conquistas para os populares;
- Comungar com os ideários e exercitar os princípios da Educação Popular;
- Cooperar de forma crítica e competente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, assegurando direitos para a EJA;
- Construir uma prática dialógica nos espaços, tempos e processos de EJA, considerando os saberes da vida como conteúdos fundantes do processo pedagógico;
- Entender e respeitar de maneira positiva a diversidade de território, idade, gênero, sexo, raça/etnia,

- crenças e valores, assumindo-a como elemento pedagógico;
- Apresentar projeto de trabalho solidário para intervenção na realidade sócio-política-cultural dos educandos da EJA.

Estrutura Curricular

Buscamos reconstruir a EJA a partir de posturas afirmativas e olhares menos escolarizados, pois a EJA não deve ser comparada a um suposto modelo ideal de escolarização.

Objetivamos, então:

- A construção coletiva da nova Política de EJA;
- A elaboração de uma Proposta Curricular com base em aprendizagens por Tempos Formativos, Eixos Temáticos e Temas Geradores. Estes últimos organizam e organizam-se nas diferentes áreas do conhecimento;
- A modificação do paradigma que norteia o nosso pensamento, para que possamos formar os sujeitos da EJA não mais por disciplinas, mas sim por áreas do conhecimento, as quais devem dar conta de explicar as questões sociais;
- A aquisição/construção e distribuição de material didático próprio as especificidades do processo de ensinar e de aprender na EJA.

Assim, caberá aos educadores o pensar/planejar e o fazer coletivo.

É na comunhão que construiremos este novo e mais humano Processo Formativo.

A EJA frente à Diversidade

Caberá à Coordenação de Educação de Jovens e Adultos estabelecer o diálogo com as Coordenações da

Diretoria de Inclusão e Diversidade, de forma a construir, em parceria, projetos de Educação de Jovens e Adultos Indígenas, dos Campos e com Necessidades Educativas Especiais. Estes Projetos devem apresentar estrutura, funcionamento e currículo adequado à demanda específica e, portanto, só poderão ser construídos junto aos coletivos que representam cada segmento.

Orientações para o Acompanhamento do Percorso da Aprendizagem

Considerando que a Educação de Jovens e Adultos deve levar em conta as especificidades dos tempos humanos e as diversas formas de organizar a vida, o trabalho e a sobrevivência dos coletivos populares, faz-se necessário encontrarmos respostas sobre quais referenciais deverão orientar o acompanhamento da aprendizagem dos(as) educandos(as), como os educadores e educandos poderão (re)orientar o trabalho educativo, quem são os educandos, que saberes trazem, como eles aprendem, quais os seus desejos, expectativas e necessidades de aprendizagem.

Tendo em vista as respostas a estas questões, faz-se necessário priorizar alguns critérios para o acompanhamento da aprendizagem. No momento, optamos por:

01. Referendar o acompanhamento do percurso de aprendizagem à luz da concepção de educação, dos princípios e dos pressupostos teórico-metodológicos que sustentam este Projeto;
02. Utilizar o diálogo como mediação entre educando(a) e educador(a), para favorecer o acompanhamento do percurso da aprendizagem;
03. Refletir sobre o ato de aprender do(a) educando(a) e do(a) educador(a), valorizando as experiências vividas durante o acompanhamento do percurso da aprendizagem;
04. Estimular o educando(a) a participar ativamente do acompanhamento do percurso da aprendizagem, apreciando de forma crítica o seu próprio desenvolvimento;

05. Considerar a produção diária do educando como instrumento de coleta de dados, para a tomada de decisão sobre a reorganização do trabalho educativo;

06. Considerar, no acompanhamento do percurso, sempre que necessário, a reorientação de aprendizagens que ainda não ocorreram, propondo, numa ação consciente, novas alternativas que venham garantir a aprendizagem de todos os educandos e educandas;

07. Recolher e corrigir durante o acompanhamento do percurso as produções do(a) educando(a), considerando e respeitando a sua autoria, evitando assim riscos e rasuras que desqualificam suas experiências, reorientando para a efetivação da aprendizagem;

08. Descrever, através de registros bimestrais, o acompanhamento do processo de aprendizagem do(a) educando(a), traçando a trajetória educacional do período de permanência no espaço educativo, considerando o seu desenvolvimento como pessoa humana e a sua participação social crítica, assumido um compromisso com a educação humanizadora e emancipadora.

Sendo assim, e considerando que a proposta aqui apresentada centra-se no processo de aprendizagem, **indicamos que não haja retenção dos educandos(as) entre os eixos temáticos, salvo se a frequência for insuficiente a ponto de inviabilizar o acompanhamento do processo formativo pelo educador.** Neste caso, o(a) educando (a) poderá retornar ao processo do ponto onde parou.

Em relação à progressão entre os Tempos Formativos (Aprender a Ser, Aprender a Conviver e Aprender a Fazer) **indica-se que a progressão do(a) educando(a) tenha por base os critérios de aprendizagem previamente estabelecidos pela SEC/CJA e Unidade Escolar**, os quais consideram os objetivos gerais de cada área do conhecimento indicados pelo MEC na Proposta Curricular da EJA. Considera-se ainda que os critérios de acompanhamento da aprendizagem devam ser conhecidos por todos os sujeitos do processo educativo.

PROJETO SOCIOEDUCATIVO

SUDEB/GAB/ASSESSORIA

ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PSE

O PSE na Escola

Os PSE constituem-se em elementos da organização pedagógica da escola que permitem ampliar as experiências formativas dos educandos. Criam a possibilidade de trabalho coletivo dos educadores, de inovações curriculares e contribuem para o enriquecimento da dinâmica do cotidiano escolar. A demanda que a Rede apresenta para implementação de PSE demonstra que as nossas escolas já incorporaram o desenvolvimento de projetos como estratégia de tratamento do currículo.

As situações-problema vivenciadas no interior da escola, as lacunas na aprendizagem, a criação de atrativos para trazer a comunidade para a escola, bem como a necessidade de sensibilização dos jovens para os problemas sociais são questões que encontram nos PSE espaço para uma abordagem pedagógica. Como decorrência, eles estimulam o surgimento de inovações na organização do trabalho dos educadores e fortalecem os vínculos dos educandos com a escola, ao mesmo tempo em que favorecem uma maior inserção da escola no seu contexto sociocultural.

Este lugar que o PSE ocupa na organização pedagógica da escola é a base para sua proposição. Portanto, ao elaborar o PSE os educadores devem ter clareza da sua intencionalidade.

Crítérios para Elaboração e Avaliação

- **Diversificação de tempos e espaços de aprendizagem**

Trabalhar tempos e espaços de forma diversificada implica permitir que o processo de aprendizagem seja contínuo e de acordo com os ritmos e estilos dos educandos, e com as suas capacidades de produção do conhecimento, independente de hora/aula, unidade didática ou quantidade de conteúdos. Significa extrapolar a sala de aula, incorporar as vivências fora e dentro da escola, poder formular e reformular descobertas.

• Inovações Curriculares

Organizar o conhecimento por área, definir temas geradores com base nos interesses do grupo, adotar a Pedagogia de Projetos e situações-problema como elemento pedagógico tem sido uma prática de nossas escolas quando se defrontam com a necessidade de superar a rigidez do currículo e tornar a educação dos nossos adolescente e jovens mais contextualizada e suas aprendizagens mais significativas.

• Novas Práticas Pedagógicas

Utilizar a pesquisa como mecanismo de produção de conhecimento, a experimentação como princípio educativo, as tecnologias da comunicação e informação e linguagens artísticas como formas de expressão do conhecimento produzido pelos educandos tem tornado a escola mais atrativa e reforçado a participação da comunidade. A experiência de alguns educadores da nossa Rede que trabalharam com Projetos incorporou, além destes elementos que inovam a prática pedagógica, momentos de culminância com apresentação de produtos para a comunidade escolar e local. Alguns desses Projetos ampliaram a perspectiva da avaliação dos educandos introduzindo novos elementos como o diagnóstico e um olhar mais no processo, superando assim a visão restrita de uma avaliação voltada para resultados.

Sistemática de Apresentação, Avaliação e Aprovação do PSE

A instância que responde pelo desenvolvimento do PSE é a Unidade Escolar; por isso, sua apresentação, avaliação e aprovação devem ser realizadas pelo coletivo da Escola. Os educadores interessados em desenvolver um PSE devem apresentar sua proposta em uma reunião de planejamento pedagógico (Jornada 2009, AC ou outras) para sua avaliação e aprovação registradas em instrumento específico (anexo I), para ser encaminhada, até o dia 20 de fevereiro 2009, à DIREC/CODEB.

No âmbito da DIREC, é a Coordenação da Educação Básica a responsável pela validação e acompanhamento pedagógico do PSE, no sentido da garantia de sua execução e disseminação das experiências inovadoras. A DIREC/CODEB deve avaliar os PSE encaminhados pelas Unidades Escolares com base em instrumento específico (anexo II) e informar à SUDEB/GAB até o dia 09 de março de 2009.

A SEC/SUDEB realizará um Seminário com os coordenadores da Educação Básica para apresentação e discussão dos PSE, de 11 a 13 de março de 2009, no qual será definida, coletivamente, a sistemática de acompanhamento pedagógico dos PSE. Esse Seminário será também um momento coletivo para referendar os PSE apresentados pelas Unidades Escolares e validados pelas DIREC/CODEB, para serem encaminhados à SUDEPE.

PROJETO SOCIOEDUCATIVO – Anexo I

Avaliação do PSE na Unidade Escolar

IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto:

Escola:

Município:

DIREC

Nº

Responsáveis:

Nome 1

Carga Horária no PSE:

Nome 2:

Carga Horária no PSE:

CARACTERIZAÇÃO DO PSE

1 Eixo Temático

2 Natureza:

() disciplinar () interdisciplinar

3 Abrangência (nº alunos):

4 Aspectos Metodológicos:

4.1 Diversificação de Tempos e Espaços de Aprendizagem:

4.2 Inovações curriculares:

4.3 Novas Práticas Pedagógicas:

4.4 Sistemática de Avaliação da Aprendizagem proposta:

4.5 Culminância:

5. Duração:

Unidade Didática Semestral Anual Contínuo

ELEMENTO INOVADOR EM DESTAQUE

PARECER DA ESCOLA

ASSINATURA E ÁREA DE ATUAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA REUNIÃO

--

ENCAMINHAMENTO DO DIRETOR DA UNIDADE ESCOLAR

Data

Assinatura

Nota: O PSE só deve ser encaminhado à DIREC com esta ficha de avaliação anexa.

PROJETO SOCIOEDUCATIVO – Anexo II

Avaliação do PSE na DIREC/CODEB

IDENTIFICAÇÃO	
Título do Projeto:	
Escola:	
Município:	
DIREC:	Nº
Responsáveis:	
Nome 1	Carga Horária no PSE:
Nome 2:	Carga Horária no PSE:
BAREMA	
Critérios (Itens para Avaliação)	
1 Diversificação de tempos e espaços de aprendizagem	Análise do projeto com base nos itens apresentados
1.1 O projeto prevê atividades extra-escolares	
1.2 O projeto articula atividades presenciais e atividades não presenciais orientadas	

1.3 O projeto valoriza os espaços socioculturais do entorno da escola ou da cidade	
2 Inovações Curriculares	Análise do projeto com base nos itens apresentados
2.1 O projeto está definido com base em um eixo temático que integra conhecimento de diferentes áreas	
2.2 O projeto possui temáticas socioculturais próprias das crianças, adolescente ou jovens	
2.3 O projeto adota a Pedagogia de Projetos	
2.4 O projeto transforma as situações-problema em elemento pedagógico	
3 Novas Práticas Pedagógicas	Análise do projeto com base nos itens apresentados
3.1 O projeto adota a pesquisa e a experimentação como forma de produção de conhecimento	
3.2 O projeto utiliza as tecnologias da comunicação e da informação	
3.3 O projeto utiliza linguagens artísticas	
3.4 O projeto prevê uma culminância com a participação da comunidade	

Parecer final (validação)

ENCAMINHAMENTO À SUDEB

Data:

Assinatura:

cargo/função exercida na DIREC:

